



Literatura indígena em sala de aula: poema de Márcia Kambeba

Indigenous literature in the classroom: Márcia Kambeba's poetry

Célia Regina Delácio Fernandes¹

Gabriela Lesme Zimmer²

Resumo: O presente artigo discute a inserção da literatura de autoria indígena em sala de aula, para conhecimento e valorização da cultura dos povos originários, contribuindo na desconstrução de preconceitos e estereótipos. Nessa perspectiva, propõe uma sequência didática com o poema da indígena amazonense Márcia Kambeba, da obra *Ay Kakyri Tama: Eu moro na cidade* (2013), dialogando com a metodologia de Cosson (2006) e com os estudos de Jekupé (2009), Munduruku (2016), Kambeba (2018; 2020), Graúna (2013) e Hakiy (2018).

Palavras-chave: Literatura indígena. Cultura. Povos originários. Márcia Kambeba.

Abstract: This article discusses the insertion of indigenous authorship literature in the classroom, for the knowledge and appreciation of the culture of native peoples, contributing to the deconstruction of prejudices and stereotypes. In this perspective, it proposes a didactic sequence with the poem of the Amazonian indigenous Márcia Kambeba, from the book *Ay Kakyri Tama: I live in the city* (2013), dialoguing with Cosson's methodology (2006) and the studies of Jekupé (2009), Munduruku (2016), Kambeba (2018; 2020), Graúna (2013) and Hakiy (2018).

Keywords: Indigenous literature. Culture. Indigenous peoples. Márcia Kambeba.

Introdução

Este trabalho objetiva discutir a necessidade de inclusão da literatura indígena na sala de aula como forma de promover o respeito à diversidade, reconhecer e enaltecer a contribuição de diferentes etnias presentes no Brasil com suas pluralidades de culturas e identidades. Para possibilitar esse conhecimento, sobretudo nas escolas não indígenas, apoia-se na Lei n. 11.645, aprovada em 2008, que torna obrigatório abordar a temática indígena nas escolas, aguçando a produção e o surgimento de

¹ Professora associada da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), onde atua como docente da graduação e do Programa de pós-graduação em Letras.

² Pesquisadora do Programa de pós-graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

autores indígenas (BRASIL, 2008). Nessa direção, propõe uma prática de leitura com o poema *Ay Kakyri Tama: Eu moro na cidade*, da obra homônima, da autora indígena Márcia Kambeba (2013).

A literatura escrita pelos povos originários é um ato de resistência, em que o arco e flecha, instrumentos de defesa, deram lugar a escrita para defender e propagar suas culturas em vários territórios. É nessa linha de resistência que Márcia Kambeba compõe seus escritos, seus poemas marcados de oralidade, pertencimento, identidade e memória das práticas culturais de seu povo Omágua/Kambeba. Com efeito, a obra *Ay Kakyri Tama: Eu moro na cidade* fala da importância do território étnico de Kambeba (2013), que independe de residir na cidade e estar fora da aldeia: são poemas pertencentes a história de luta e manutenção da identidade de seu povo.

Para trilhar essa caminhada, com as vozes da literatura indígena na sala de aula, busca-se estabelecer um diálogo com autores indígenas, tais como Jekupé (2009), Munduruku (2016), Kambeba (2018; 2020), Graúna (2013) e Hakiy (2018). Ao lado disso, experimenta-se uma metodologia pautada nos estudos de Cosson (2006), para abordagem do poema *Ay Kakyri Tama: Eu moro na cidade* (Kambeba 2013), para os alunos do Ensino Fundamental II. Nessa perspectiva, ao trabalhar com produções de autoria indígena, pretende-se propiciar uma formação mais humanizadora e inclusiva, que amplie os horizontes de seus leitores e combata preconceitos, contribuindo para inovar as práticas literárias, valorizar a cultura indígena, diminuir a exclusão de diferentes povos que compõem o Brasil e oportunizar a experiência do contato com a literatura indígena nas escolas.

A importância da literatura indígena na sala de aula

As culturas e as tradições indígenas foram historicamente violentadas e continuam sendo até nos dias de hoje. Em vista dessa longa trajetória de lutas, e como fruto de sua conquista, a constituição cidadã garante aos povos originários o direito de assumirem-se como indígenas, reafirmando sua identidade. A literatura indígena tem o papel fundamental no diálogo a respeito dos povos originários com seus costumes, línguas, crenças, tradições e direitos sobre as terras que ocupam de acordo com a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 231 (BRASIL, 1988). Além disso, a Lei nº 11.645 (BRASIL, 2008) corrobora com a obrigação aos estudos da cultura dos povos indígenas e africanos

em sala de aula, trazendo os olhares desses saberes que sempre existiram, mas que infelizmente eram e ainda são excluídos da educação escolar.

A literatura indígena é aproximação da cultura de vida do guerreiro indígena, pois serve como instrumento de produção material para formação do não indígena em relação ao histórico indígena. Esta literatura tem a função de informar a sociedade brasileira sobre a diversidade indígena por meio de livros publicados, sobre a escrita que se torna uma ferramenta muito significativa na luta pela preservação e propagação de suas raízes ancestrais com muito orgulho das origens que lhe pertencem. Seja pela escolha da oralidade ou da escrita, o saber literário se faz existente na rotina da prática habitual de diversos povos indígenas, em que cada palavra se junta às vozes, encenações dos corpos, e rezas são fatores importantes para performance das danças e dos cantos. Assim, produzem (auto)representações de imagens, grafismos, mitos, histórias de luta que são memorados por gerações, enaltecendo a imaginação e oralidade com suas singularidades, além de partilhar e expandir seus saberes com o coletivo.

Conforme o escritor Olívio Jekupé (2009), a escrita é um ato de resistência que, diversas vezes, foi negada para os povos indígenas, tentando abafar as suas falas e, por isso, a literatura nativa é vista como uma grande arma:

Nós indígenas temos que ser como os grandes líderes que lutaram pelo nosso povo; temos que ser fortes e acreditar na arma que usamos para lutar que é escrever. O presente, o futuro está mudando e a literatura será nossa grande arma para defender nosso povo. Nós seremos a mudança e a sociedade saberá de nós, através de nossa escrita (JEKUPÉ, 2009, p. 15).

Como se vê, o discurso de Jekupé (2009) transporta muita esperança no poder da escrita, com propósito de levar as histórias a serem conhecidas pela versão dos próprios indígenas, e avançar na luta pela potência da escrita. Prosseguindo nessa mesma linha, para Daniel Munduruku (2016), a escrita é como instrumento de esclarecer sua cultura, refletir sobre as dúvidas, responder perguntas, debater sobre os preconceitos e estereótipos:

[...] é que para mim a escrita era uma espécie de instrumento pedagógico. Sempre tive no horizonte o objetivo de auxiliar a sociedade brasileira a conhecer, a compreender e a aceitar a diversidade indígena. Era uma questão de honra. [...] sou escritor que faz uma literatura militante, comprometida com a transformação social (MUNDURUKU, 2016, p. 177).

Na visão de Munduruku (2016), a literatura indígena possui um viés pedagógico de informar, ensinar como conceito humanizador do processo de redescoberta da ancestralidade brasileira, com intuito de levar o conhecimento e o respeito sobre as questões indígenas aos leitores. Percebe-se que a escrita para os povos indígenas tem um valor imenso, elemento essencial de sua resistência para registrar e dar continuidade para as gerações seguintes. Nesse mesmo diapasão, Kambeba reforça: “[...] Sempre alguém falou pelos povos, é chegada a hora de cada nação se manifestar sobre sua realidade e cultura” (KAMBEBA, 2020, p. 92). De acordo com a autora, é preciso que os escritores indígenas transportem suas vozes, apagadas pelos colonizadores, para os livros, possibilitando ao leitor compreender a literatura indígena como:

[...] um convite a desbravar o universo da cultura dos povos sempre com respeito e equidade. Pois existe, sim, um grande livro escrito com lágrimas e sorrisos, com informação e denúncias, e que se abre a aqueles que se propõem unir as mãos e juntos caminhar por cuara açu (o grande caminho), com trilhas abertas pela mãe natureza. Pisar o chão e entender as marcas de seu passado e do tempo da história sem pisá-la, mas conhecendo-a para assim se conhecer como cultura, como pessoa. Existe sim uma literatura indígena precisa e fundamental presente em cada gesto, em cada palavra, em cada lugar (KAMBEBA, 2018, p. 44).

Diante de tantos sofrimentos, o sujeito indígena se viu na obrigação de transportar sua voz por meio da escrita, para mostrar à sociedade a pluralidade étnica cultural que existe no Brasil. Assim, a literatura indígena manifesta-se como ferramenta de informação, em que os indígenas evidenciam a resistência de seu povo e expressam seu

lugar de fala silenciada por muitos séculos, ocupando o direito de compartilhar suas histórias, cantos, mitos e sua ancestralidade por meio da escrita, como esclarece a autora:

Os povos indígenas há tempos vêm sofrendo com a falta de conhecimento da sociedade sobre quem são e como vivem. Na busca de manter sua cultura viva procuram conhecer a educação que vem das Universidades e fazem desse conhecimento uma ferramenta não apenas de registro, mas também de informação. Compreendem que é preciso escrever para estabelecer possibilidades de pensamento reflexivo, percebem a literatura como um instrumento de crítica e de compreensão de uma cultura que é receptiva e a utilizam para dar visibilidade à sua luta e resistência (KAMBEBA, 2018, p. 40).

Nas palavras de Kambeba (2018), os povos indígenas utilizam a literatura como forma a compartilhar sua cultura, como ato político, luta e fonte de resistência. Desse modo, o registro escrito das narrativas, assim como a oralidade presente nos cantos e mitos, transporta uma carga muito grande de ancestralidade, que diferencia de outras literaturas por expressar a história de luta e sobrevivência dos povos originários, reafirmando sua identidade étnica carregada de espiritualidade. Essa construção de literatura escrita protagonizada pelos indígenas vem dos ensinamentos e histórias contadas oralmente pelos mais velhos, que ainda se faz presente, pois essa prática mantém sua cultura viva.

Quando Graúna (2013) discute a questão da literatura indígena, e o direito dos indígenas a ela, afirma que a consolidação destes conceitos esbarra em questões de reconhecimento, preconceito literário e cultural, que afastam do cânone a produção literária dos povos originários:

Apesar da falta do seu conhecimento na sociedade letrada, as vozes indígenas não se calam. O seu lugar está reservado na história de um outro mundo possível. Visando à construção desse mundo, os textos literários de autoria indígena tratam de uma série de problemas e perspectivas que tocam na questão identitária e que

devem ser esclarecidos e confrontados com os textos não indígenas, pois trata-se de uma questão muito delicada e muito debatida hoje entre os escritores indígenas (GRAÚNA, 2013, p. 55).

De acordo com a pesquisadora, a literatura indígena é a voz dos indígenas, o ponto de vista privilegiado sobre um outro modo de ser e estar no mundo, com temáticas de afirmação identitária, pertencimento a um espaço originário, o respeito a ancestralidade, dentre outras marcas que a diferenciam da produção não indígena. Antes de atuarem como autores literários e de transportarem sua representatividade no papel, os sujeitos indígenas eram caracterizados pelo julgamento de uma visão que não correspondia com sua realidade e identidade. Em vista disso, os povos julgados trazem a reflexão e a crítica em seus escritos, contribuindo para a reafirmação de sua identidade e cultura, para descolonizar o ensino de literatura e para desconstruir essa inferiorização e negação de suas perspectivas, conforme afirma Graça Graúna:

Isso faz ver que a escassez de estudos em torno do assunto é decorrência também do preconceito; que a literatura indígena no Brasil continua sendo negada, da mesma forma que a situação dos seus escritores e suas escritoras continua sendo desrespeitada (GRAÚNA, s/d, p. 3).

Esse empecilho alcança grande parcela dos indivíduos, que não tem conhecimento sobre as produções literárias de autoria indígena e constroem uma visão estereotipada que a maioria da população indígena vive afastada da cidade e mora na mata, sem roupa, fazendo a dança da chuva e caçando seus alimentos com flechas. Nesse prisma, não se enxerga o indígena como sujeito social, representante da sociedade, pois ainda se tem a representação do indígena visto como um ser primitivo, ainda que os povos originários manifestem sua identidade e direitos em seus escritos, as pessoas não possuem esse entendimento.

No âmbito escolar, muitos professores não tiveram a oportunidade de conhecer essa produção para planejar o seu trabalho, incluindo obras literárias de autoria indígena de acordo com as novas propostas, nem sequer receberam informações, cursos de capacitação com esses conteúdos para incluir essas obras em suas aulas. É preciso considerar a importância atualizar o educador para entender e desfazer os

discursos impostos do passado, na esperança de reformular pensamentos equivocados e estereotipados, abrindo horizontes e entender a atualidade das produções indígenas, assim como o autor afirma:

[...] a literatura não resolveu problemas, é verdade. Não ajudou a demarcar terra ou a parar máquinas de destruição que constroem hidrelétricas e barragens que detonam o meio ambiente; não impediu massacres ou homicídios cometidos por pessoas que se sentem senhoras do mundo. A literatura não tem essa pretensão. Ela alimenta a esperança, a utopia. Ela desentorta pensamentos equivocados; oferece consciência e alimenta o espírito das pessoas. É assim que, ao menos, penso e atuo. Sei que há outras pessoas que pensam assim e que conseguem, através dos devaneios poéticos e literários, transformar outras pessoas e colocar dentro do coração delas motivos para lutar (MUNDURUKU, 2016, p. 203-204).

Com todas essas diversidades encontradas para incluir as obras literárias indígenas nas escolas, pode-se observar um erro bastante preocupante e muito utilizado: a identificação e a validação das obras sobre temáticas indígenas escritas por não indígenas. Muitos dos livros que caem em provas de vestibulares, ENEM e lidos por alunos como, por exemplo, *Iracema* (1865) e *O Guarani* (1857), de José de Alencar, são obras clássicas autenticadas pelas instâncias de legitimação. No entanto, essa identificação é trilhada pelas estradas que não se conduziram pela visão dos povos indígenas, e sim pelo viés do homem branco que acaba folclorizando a temática indígena na escola. A literatura de autoria indígena não está inserida em características pautadas em literaturas ocidentais, suas narrativas trazem singularidades culturais, das várias etnias indígenas presentes no Brasil. Nas palavras do escritor Tiago Hakiy:

Esta literatura tem contornos de oralidade, com ritos de grafismos e sons de floresta, que tem em suas entrelinhas um sentido de ancestralidade, que encontrou nas palavras escritas, transpostas em livros, não só um meio para perpetuação, mas também para servir de mecanismo para que os não indígenas conheçam um

pouco mais da riqueza cultural dos povos originários (HAKIY, 2018, p. 38).

De fato, é muito enriquecedor conhecer e dialogar com contextos históricos, sociais, culturais, políticos, educacionais pela perspectiva dos colonizados, que sofreram um apagamento por séculos. A sala de aula, finalmente, tem a oportunidade de escutar/ler esses gritos, por meio da mediação do professor que vai inserir esses escritos para compreensão dos leitores em formação.

O professor em sala de aula tem a oportunidade de escolher as obras que serão estudadas com a classe, e ir além das obras clássicas ocidentais. Vale ressaltar que o educador pode acabar reforçando a concentração dos livros vistos como únicos e importantes no ensino da literatura. Não é deixar de inserir os cânones em sala de aula, mas dialogar, propor a reflexão e apresentar obras de autoria indígena para o conhecimento do aluno, que passa a compreender o ponto de vista do próprio sujeito indígena, do protagonista que sofreu na pele. Sendo assim, essa visão contribui para descentralizar o discurso que vem sendo enraizado por meio dos cânones, alargando os horizontes culturais ao dialogar com as diversas obras de autoria indígena. De acordo com as afirmações de Daniel Munduruku, muito atuais para os tempos vivenciados, é preciso desentalar esse grito:

Nossa literatura é um grito de libertação. Este nasce quando há opressão entalada na garganta. O Brasil tem esse grito entalado, mas ainda não conseguiu descobrir como libertar-se porque foi educado para ser submisso, para aceitar sem questionar. Também ainda não se deu conta de que nossos povos tradicionais gritam, há mais de 500 anos, ainda que seus gritos tenham sido abafados pelo interesse econômico de uma parcela gananciosa e egoísta e pelo silêncio covarde do qual o brasileiro não consegue despertar. O povo brasileiro traz consigo uma herança maldita cantada a plenos pulmões na letra do hino nacional: “deitado eternamente em berço esplêndido, ao som do mar e à luz de um céu profundo...” (MUNDURUKU, 2016, p. 204).

Poema indígena na sala de aula

Rildo Cosson (2006), em seu livro *Letramento literário: teoria e prática*, reflete que a literatura proporciona tanto o conhecimento da leitura e a escrita, quanto o desenvolvimento do ser humano baseado em saberes culturais. Além disso, considera que o propósito do ensino inserido nas salas de aulas deve incluir as diferentes culturas, e a escola com seu papel de revolucionar e formar esse aluno para a práxis culturais contemporâneas, que muitas vezes não são inseridas na leitura do livro literário. Discute, ainda, que a literatura não está sendo conduzida da melhor forma, que possa desconstruir os pensamentos e remodelar a escrita que nos toca.

Nessa perspectiva, inspirada na abordagem de Rildo Cosson (2006), com sua sequência básica, almeja-se introduzir, como exemplo, a poesia da autora Márcia Kambeba (2013), para os estudantes do Ensino Fundamental II. Com efeito, é possível utilizar esta metodologia para descolonizar o ensino da literatura, ao incluir a literatura indígena, que traz sua cultura e história, em forma de uma vivência literária significativa, contribuindo para o reconhecimento e a valorização da diversidade na formação de leitores multiculturais.

A obra literária *Ay Kakyri Tama: Eu moro na cidade* (KAMBEBA, 2013) insere-se no contexto de luta e sobrevivência das pessoas e da cultura das diversas etnias no Brasil. A etnia Omágua/Kambeba Aldeia Tururucari-Uka, na região do Município de Manacapuru – AM. Sua voz poética é marcada pela afirmação de pertencimento a etnia Omágua/Kambeba, seu nome não indígena é Márcia, mas o de identificação indígena é representado pelo nome Wayna e sobrenome Kambeba, na afirmação de sua etnia e celebração de sua memória ancestral.

Desse modo, o poema da autora, escolhido para uma proposta de trabalho em sala de aula, “Ay kakyri tama: eu moro na cidade”, fala da importância do ser indígena morar na cidade, faz reflexões com suas lembranças na aldeia, e revela que, mesmo residindo na cidade, a autora não perde sua essência e suas raízes ancestrais.

AY KAKYRI TAMA

[Eu moro na cidade]

Ay Kakyri Tama

Ynua tama verano y tana rytama
Ruaia manuta tana cultura ymimiua
Sany may-tini, iapã iapuxari ritual
[tradução]

Eu moro na cidade
Esta cidade também é nossa aldeia
Não apagamos nossa cultura ancestral
Vem, homem branco, vamos dançar nosso ritual

Nasci na Uka sagrada
Na mata por tempos vivi
Na terra dos povos indígenas
Sou Wayna, filha de Aracy

Minha casa era feita de palha
Simples, na aldeia cresci
Na lembrança que trago agora
De um lugar que nunca esqueci

Meu canto era bem diferente
Cantava na língua Tupi
Hoje, meu canto guerreiro
Se une aos Kambeba,
Aos Tembê, aos Guarani

Hoje, no mundo em que vivo
Minha selva em pedra virou
Não tenho a calma de outrora
Minha rotina também já mudou

Em convívio com a sociedade,
Minha ara de “índia” não se transformou
Posso ser quem tu és

Sem perder quem sou

Mantenho meu ser indígena

Na minha identidade

Falando da importância do meu povo

Mesmo vivendo na cidade.

(KAMBEBA, 2013, p. 24-25).

Para fazer o letramento literário a partir desse poema, o professor pode, a partir de suas próprias vivências e inspirações, usar a sequência básica de Cosson (2006), que consiste em quatro etapas: motivação, introdução, leitura e interpretação. Na primeira etapa, que corresponde a motivação, o professor busca preparar os alunos para que possam mergulhar no texto poético selecionado. Para tanto, sugere-se abordar quem é a autora, onde vive, a etnia que pertence seu povo e os mitos de criação relacionados à sua cultura, pontuando a importância da identidade, a ancestralidade que os mais velhos carregam na função de contar histórias, a cultura pertencente a etnia, para colaborar na compreensão do poema.

Na segunda etapa, ligada a introdução, sugere-se apresentar aos alunos o livro físico, para que tenham o contato material com a obra, inclusive folhear, visualizando cada fotografia feita pela própria autora de seu povo. Nesse momento, é importante fazer perguntas aos alunos sobre as expectativas de leitura do poema, a partir de seu título e das imagens contidas na obra desde a capa, criando expectativas para instigar a concretização da leitura.

Depois de distribuir aos alunos o poema impresso, convidá-los para o pátio da escola, onde possam se sentar na grama, ou se possível debaixo de uma árvore, pensando no ambiente em contato com a natureza, visto que o poema da autora traz questões referentes ao convívio com a mata e a importância da preservação da natureza. Na sequência, a terceira etapa que é da leitura, propõe-se cada aluno fazer uma leitura silenciosa e depois algumas leituras em voz alta, acompanhados pelo professor para ajudar nas dificuldades de compreensão de algum vocabulário, para que os alunos não percam seu interesse ao longo da leitura.

E, por último, a etapa interpretação ligada a dois momentos, o primeiro momento interior é o encontro com o leitor e a obra, em hipótese alguma pode ser substituído por resumos retirados da *internet*, filmes e documentários, no caso o aluno deve interpretar

de acordo com a leitura feita. O segundo momento, o exterior, é a materialização da interpretação como ato de construção de sentido em uma determinada comunidade, neste caso, solicita-se aos alunos que recitem o poema “Ay kakyri tama: eu moro na cidade”. Logo em seguida, pede-se para explicarem o que lhes tocaram ao recitar esse poema, suas sensações e imagens, qual a importância de se ler o poema de autoria indígena e, por fim, que materializem em um desenho a representação do poema para depois ser exposto no mural da escola.

Nesse percurso, é oferecida a oportunidade para que os alunos conheçam de fato a literatura indígena feita por escritores originários, fazendo-os experimentarem e descobrirem a escrita de uma cultura diferente, a partir dessa experiência inicial, que deve ser expandida, tendo em vista a possibilidade do conhecimento da pluralidade dos saberes culturais e a promoção da diversidade do povo brasileiro. Então, depois de trabalhar essa poética, outros autores indígenas podem fazer parte do cardápio cultural da sala de aula.

Pode-se pensar, também, em trabalhar em conjunto com outras disciplinas, numa perspectiva interdisciplinar e intercultural, considerando que a poética indígena é atravessada por vários saberes, que fazem parte das múltiplas vivências dos indivíduos e, portanto, dialoga com as diferentes áreas do conhecimento. Enfim, a literatura indígena foi apagada das escolas por muito tempo, mas é chegada a hora de fazer parte desse cotidiano. O professor, ao propiciar a escuta da recitação do poema e a leitura de textos de autoria indígena, pode incentivar importantes reflexões sobre a temática indígena e o conhecimento da diversidade na escola:

A poesia nas mãos do professor torna-se uma ferramenta didática a ser utilizada em sala de aula. E os indígenas sempre buscaram poetizar sua vivência. O contato do corpo com a água num banho de rio à tardinha é uma bela imagem poética a ser apresentada aos olhos atentos de quem busca narrar a relação homem x natureza. Pela poesia a criança ou mesmo o adulto leitor entende que há uma preocupação forte em cuidar de bens tão necessários e preciosos como a água e seu uso pela população (KAMBEBA, 2018, p. 41).

De acordo com a autora, a poesia de autoria indígena é compreendida como uma fonte viva para a formação de pensamentos e opiniões aos alunos, como prática de

direito humano. Sabendo disso, é a responsabilidade do professor incluir aos alunos o acesso à arte ancestral e coletiva que está inserida na literatura indígena.

Considerações finais

Em linhas gerais, apesar dos avanços nesse debate, ainda há muito por fazer, pois existem problemas a serem vencidos em relação ao modo de como foi propagada a figura do sujeito indígena nas literaturas ocidentais e sobre as opiniões equivocadas. Pensamentos preconceituosos enraizados pela ignorância em não ter acesso aos conhecimentos e pontos de vistas do outro, imagens estereotipadas sobre os povos originários e falta de informação sobre a existência das obras literárias escritas pelos indígenas.

Assim, ao pensar na literatura como direito de todo ser humano, é preciso pensar na representação de todos os povos que compõem a sociedade brasileira e dar acesso aos olhares dos indígenas. A proposta sugerida para os alunos do Ensino Fundamental II, baseado na sequência básica de Cosson (2006), faz com que os alunos reflitam ao ler o poema de autoria do próprio sujeito indígena, com a riqueza de singularidades de sua linguagem. Portanto, o educador tem papel fundamental nas escolhas das obras, cabendo a ele inserir a literatura indígena em sala de aula, efetivando práticas literárias significativas, inovadoras e propulsoras do sendo crítico dos leitores e do conhecimento e valorização da cultura do outro. O professor como mediador pode propor a literatura de autoria indígena em sala de aula e quebrar preconceitos e estereótipos dos sujeitos indígenas.

Ao revelar a cultura indígena que sobreviveu a partir da oralidade, dos conhecimentos partilhados em todos os afazeres culturais da aldeia, a poeta Márcia Kambeba, como participante desse processo, tem por intuito questionar e mostrar a situação dos povos indígenas em seus escritos. O poema selecionado fala sobre a identidade cultural mantida pela oralidade, a lembrança de seu território, da partilha dos conhecimentos ancestrais. A cultura indígena é rica em mitos que sustentam sua forma de organização e sobrevivência, trazendo diferentes perspectivas para os leitores de seu poema. De fato, no exemplo de Kambeba (2013), que usa da escrita como forma de resistência, a poesia de autoria indígena contribui para que o conhecimento indígena seja partilhado, assim, o arco e flecha como objetos de defesa cederam lugar a poesia, manifestando a identidade Omágua/Kambeba, para que o povo tenha acesso ao valor

cultural da memória, da oralidade e da identidade por meio de seus escritos. Para que as demais gerações de povos indígenas e não indígenas conheçam as histórias de suas lutas, é preciso continuar a escrever e, também, é preciso que a escola inclua diferentes textos de autoria indígena em sala de aula.

Referências

BRASIL. *Constituição de 1988 artigo 231*. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10643688/artigo-231-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em 30 jun. 2022.

BRASIL. *Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em 30 jun. 2022.

COSSON, Rildo. *Letramento literário: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2006.

GRAÚNA, Graça. *Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

_____. *O direito à literatura indígena*. Disponível em: <http://www.overmundo.com.br/banco/o-direito-a-literatura-indigena> >. Acesso em 30 jun. 2022.

HAKIY, Tiago. Literatura indígena – a voz da ancestralidade. In: DORRICO, Julie et al. *Literatura indígena brasileira contemporânea*. Criação, crítica e recepção. Porto Alegre: Fi, 2018, p. 37-38.

JEKUPÉ, Olívio. *Literatura escrita pelos povos indígenas*. São Paulo: Scortecci, 2009.

KAMBEBA, Márcia Wayna. *Ay Kakyri Tama (Eu moro na cidade)*. Manaus: Grafisa, 2013.

KAMBEBA, Márcia Wayna. A literatura indígena: da oralidade à memória escrita. In: DANNER, Fernando. DANNER, Leno Francisco. DORRICO, Julie. *Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção*. Porto Alegre: Fi, 2018, p. 39-44.

KAMBEBA, Márcia. O olhar da palavra: Escrita de resistência. In: DORRICO, Julie; DANNER, Fernando; DANNER, Leno Francisco (Org.). *Literatura indígena brasileira contemporânea: autoria, autonomia, ativismo*. Porto Alegre: Fi, 2020, p. 89-97.

MUNDURUKU, Daniel. *Memórias de Índio: uma quase autobiografia*. Il. Rita Carelli. Porto Alegre: Edelbra, 2016.